

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.125 - PR (2018/0158914-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748  
**AGRAVADO** : DAMIAO ALVES DE MENEZES  
**ADVOGADO** : CARLOS ALVES - PR006732

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - PENHORA ON LINE - PRETENSÃO DO DEVEDOR DE SUBSTITUI-LA POR BEM IMÓVEL - INVIABILIDADE - INOBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL (ARTIGO 655, DO CPC DE 1973) - IMÓVEL, ADEMAIS, LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO E DE DIFÍCIL LIQUIDAÇÃO - INEFICÁCIA. RECURSO DESPROVIDO.*

*Se de um lado deve-se assegurar que a execução seja feita de modo menos oneroso para o devedor, consoante previsão do artigo 620, do Código de Processo Civil de 1973, de outro, ela é realizada no interesse do credor, ex vi do artigo 612, do mesmo diploma legal.*

*Sob tal perspectiva, o artigo 655, da antiga Lei Adjetiva Civil, ao estabelecer a gradação da penhora, arrola em primeiro lugar, o dinheiro, em espécie, ou em depósito ou em aplicação em instituição financeira, preferência essa que, in casu, deve ser obedecida, à minguia de outros bens que se mostrem eficazes para a garantia do Juízo e/ou em prejuízo aos credores.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 805 e 835 do CPC/2015 (arts. 620 e 655 do CPC/73); à Súmula 417/STJ.

Sustenta, em síntese, que "o depósito e/ou bloqueio do valor objeto de cumprimento de sentença trará onerosidade excessiva e irreversível".

Sem contrarrazões.

Inadmitido o recurso na origem foi interposto o presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpra salientar que o recurso foi interposto já na vigência do CPC/2015, de maneira que incide, na espécie, o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

Inicialmente, quanto à alegada violação da Súmula nº 417/STJ, registra-se que esta Corte Superior já consolidou o entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de súmula de tribunal.

Ademais, não obstante a argumentação da parte recorrente, é possível observar que a sua contrariedade se fundamenta no reexame de provas, pois pretende convencer esta Corte da existência de situação excepcional em que autorizada a substituição da penhora de dinheiro por imóvel.

Entretanto, a conclusão a que chegou o aresto combatido, soberano na análise dos elementos coligidos, foi oposta. Confira-se a conclusão da 10ª Câmara Cível do TJPR, na parte que interessa à espécie:

[...]

*Ao lado disso, a exegese do art. 656 do CPC, torna indiscutível a circunstância de que a gradação de bens estabelecida no artigo 655 visa favorecer apenas o credor/exeqüente, porquanto a nomeação pelo executado só é válida e eficaz se houver concordância daquele. Neste panorama, convém consignar que a indicação de bem imóvel, além de figurar em oitavo lugar na gradação legal (art. 655, inciso VIII), prejudica a celeridade da execução, ao procrastinar o recebimento do valor devido.*

*Em suma, há muito a lei coloca o dinheiro como primeira e principal opção ao credor.*

***Logo, possuindo o devedor mais de uma espécie de bens, dentre eles dinheiro em conta bancária, deve o Magistrado atender, ao máximo possível, a ordem de preferência estabelecida pelo artigo 655, do Código de Processo Civil, isto é, determinar que a constrição recaia sobre o dinheiro, utilizando-se sistema Bacen-Jud, devendo, portanto, ser mantida decisão neste ponto.***

[...]

*De mais a mais, cumpre salientar que a constrição na presente demanda se restringiu ao importe de R\$ 41.388,14 (quarenta e um mil, trezentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos), não sendo crível que uma companhia seguradora de grande porte, como é o caso da agravante, com capital social atualmente estimado em R\$*

*16.761.876,03 (dezesseis milhões, setecentos e sessenta e um mil e oitocentos e setenta e seis reais e três centavos), conforme informações extraídas do sítio da Receita Federal, possa se tornar insolvente com o pagamento da presente condenação.*

Dessa forma, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

A propósito, confira:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Quanto à matéria relativa aos arts. 128, 460 e 468, do CPC/1973, constata-se que ela não foi objeto de discussão pela Corte local, tampouco a parte recorrente opôs embargos de declaração com o intuito de sanar a omissão. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento da matéria, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.*

*2. O STJ possui firme o entendimento no sentido de que "a despeito da nova redação do art. 656, § 2º, do Código de Processo Civil, a substituição da garantia em dinheiro por outro bem ou carta de fiança somente deve ser admitida em hipóteses excepcionais e desde que não ocasione prejuízo ao exequente, sem que isso enseje afronta ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor" (REsp 1.090.864/RS, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 10.05.2011, DJe 01.07.2011).*

*3. O Tribunal de origem, após a análise dos elementos fático - probatório dos autos, manteve o indeferimento do pedido de substituição da penhora por seguro garantia. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1129823/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 19/04/2018, DJe 02/05/2018)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. 1. SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA EM DINHEIRO POR SEGURO GARANTIA. EXCEPCIONALIDADE NÃO DEMONSTRADA.*

*INDEFERIMENTO DA MEDIDA. SÚMULA 83 DO STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*1. "Realizada a penhora em dinheiro, não cabe, em regra, a sua substituição por seguro garantia ou fiança bancária, por força do princípio da satisfação do credor" (AgRg no AREsp 730.565/SC, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 19/4/2016, DJe 26/4/2016).*

*1.1. A Corte estadual considerou não haver nenhuma circunstância extraordinária que pudesse afastar o entendimento de ser inviável a substituição da penhora em dinheiro por seguro garantia. Incidência*

*da Súmula 83 do STJ.*

*2. Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AREsp 1066079/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 03/08/2017, DJe 17/08/2017)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PENHORA DE DINHEIRO. SUBSTITUIÇÃO POR BEM IMÓVEL DE TERCEIRO. INDEFERIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Realizada a penhora em dinheiro, não cabe, em regra, a sua substituição, por força do princípio da satisfação do credor. Precedentes.*

*2. A revisão das circunstâncias fáticas que levaram as instâncias de cognição plena a não admitir a excepcional substituição da penhora é medida que encontra intransponível óbice no enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 902.727/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 10/11/2016)*

Por fim, observo, por oportuno, que o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação do dissídio.

No caso, não houve o devido cotejo entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator

